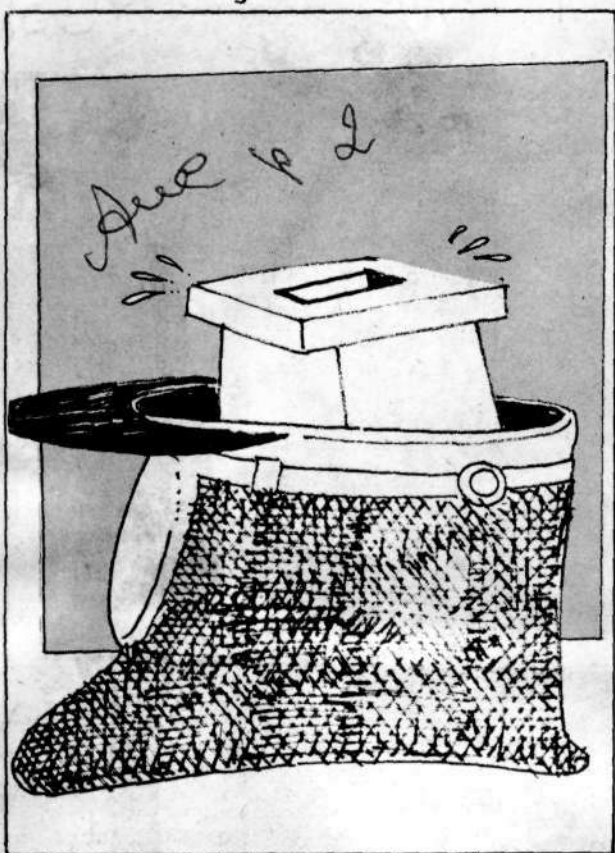


Constituinte atende militar

Forças Armadas consideram relatórios favoráveis



Almino: Crise pode levar a um retrocesso

Entrevista a MARILENA DEGELO e SIMON WIDMAN

São Paulo — Almino Afonso, ministro do Trabalho no governo Goulart e atualmente vice-governador de São Paulo, está preocupado. A discussão em torno do mandato de José Sarney, que em seu entender significa um questionamento da legitimidade do atual presidente, criou o que ele chama de "vazio de poder".

Com a experiência de quem amargou doze anos de exílio — oito deles no Chile, até a queda de Salvador Allende —, Almino prevê: "por natureza, o poder não fica vazio". E quem estaria preparado a preencher esse vazio? "Isso tudo propicia a convocação do único poder que se baseia em si mesmo, que é a força", responde ele, pensando demoradamente cada palavra.

Nesta entrevista exclusiva a o CORREIO BRAZILIENSE, Almino Afonso, presidente licenciado do PMDB paulista, fala sobre suas inquietações em relação ao futuro do Brasil e critica o conteúdo do pronunciamento do presidente Sarney que, para ele, pode levar a um impasse político e ao conclamar todos os políticos a meditar sobre a gravidade do momento, diz acreditar na sensibilidade das lideranças do seu partido, o PMDB: "Todos sabem que o risco de retrocesso é grave demais para brincar com ele".

O Sr. foi ministro numa época em que as instituições eram frágeis. Tem muita gente que faz um paralelo entre 63 e hoje. O Sr., credenciado porque viveu essa época, acha que existem semelhanças de ordem institucional?

— Acho, acho sim. Evidente que o quadro de 64 ou 63 era diverso do de hoje. Mas o que eu estou tentando mostrar é que quando a autoridade do Presidente da República passa a ser questionada, o vazio que passa a existir em torno propicia a convocação do único poder que se baseia em si mesmo, que é a força. Então, nesse sentido, a semelhança é real. Pois foi em torno do desprestígio da autoridade presidencial dos anos sessenta que pôde a pouco o governo João Goulart capitular. Ora, se nesse instante nós tivéssemos alternativas institucionais para superar o quadro de impasse, tudo bem. Se nós estivessemos no sistema parlamentarista em que por uma votação no Parlamento se derruba um gabinete e pelo mesmo sistema se elege de imediato um primeiro-ministro tudo bem. Mas nós não temos. Nós temos um presidente eleito, cujo mandato em termos constitucionais vigente é de 6 anos e cujo mandato em termos atualizados há de ser definido pela Assembleia Constituinte em seu momento oportuno. Se eu passo a discutir a autoridade do presidente agora, o que eu ponho em troca, o que eu ponho no lugar? Eu não ponho nada. Ou seja, eu cavo o vazio e o poder, por natureza, não fica no vazio.

Qual das crises atuais o preocupa mais: a econômica, a política ou a institucional?

— Eu começo assinalando que a crise econômica e social não precisa ser necessariamente uma crise política. O grave do quadro brasileiro é que além da crise econômica e social começa a aprofundar-se uma crise política que eu

vejo agravada a partir da última fala do presidente José Sarney. Quando claramente se coloca em confronto a figura do Presidente da República e a Assembleia Nacional Constituinte surge um confronto de poderes. Eu já havia anteriormente feito referências de que se estava criando um vazio de poder em torno do presidente José Sarney, na medida em que a crítica à sua administração tinha passado a ter uma característica de crítica à sua própria legitimidade de Presidente da República. Ora, no momento em que isto se dá, e sobretudo se generaliza, a autoridade presidencial fica corroída e já se torna muito mais difícil enfrentar com decência as questões econômicas, sociais e uma outra que eu quero dar relevo: as negociações da dívida externa. Como pode um Presidente da República ter autoridade política para negociar com os grandes banqueiros internacionais o problema da dívida externa se no plano nacional a sua autoridade a cada instante está sendo posta em dúvida, ou desafiada, ou questionada inclusive por lideranças expressivas do partido majoritário que é o meu partido o PMDB.

O pronunciamento do presidente ajudou a resgatar sua autoridade?

— E nesse contexto que eu vejo a gravidade do quadro, sobretudo a partir do instante em que o Presidente da República José Sarney, seguramente sentindo-se encurralado, vem à lida e estabelece como que um desafio: eu exercerei o mandato até 1989, quando se sabe que este é um problema por sua natureza afeto à Assembleia Nacional Constituinte. Pode-se dizer que o Presidente na verdade, sugeriu à Assembleia Constituinte que ele aceita um mandato de 5 anos abrindo mão do sexto que a Constituição vigente lhe dá.

O Sr. acha que o tom foi muito autoritário?

— O tom foi claramente vertical. Eu fico, fico por poderes próprios, fico porque tenho força para ficar. Numa análise que eu havia feito semana passada, mostrava que a conjuntura estava nos levando a um impasse e eu entrevia uma de duas: ou os militares assumiriam o vazio do poder e passaríamos a governar de maneira direta, ou o presidente Sarney, sentindo-se esbulhado, faria uma aliança com os militares e passaria a governar com eles.

E qual das duas se confirmou?

— Eu acho que há algo disto na fala do Presidente da República. Por isso eu acentuo com muita inquietação o agravamento da crise brasileira.



Almino teme um impasse

NATALICIO DOS SANTOS Especial para o CORREIO

Segundo uma avaliação feita pelo alto escalão do Exército sobre os trabalhos até agora desenvolvidos nas subcomissões da Constituinte, não serão promovidas substanciais alterações nas atribuições das Forças Armadas, mas apenas mudanças nas expressões existentes e que suscitam dúvidas de interpretações aos legisladores e aos próprios juristas.

As tendências dos constituintes ainda segundo análise dos militares, são favoráveis aos interesses das Forças Armadas, graças à boa acolhida das informações transmitidas pelos seus assessores aos congressistas.

ATRIBUIÇÕES

De acordo com o relatório da Subcomissão de Defesa do Estaso, as Forças Armadas deixarão de ser "essenciais à execução da política de segurança nacional", segundo expressões vigentes na atual Constituição. Essa alteração é aceita pelos militares em documentos que encaminharam aos constituintes.

A expressão "dentro dos limites da lei" inserida no art. 90 da Constituição atual, regulando a obediência das Forças Armadas ao Presidente passa a ter a seguinte redação na nova Carta: "Sob a autoridade suprema do Presidente da República".

A política de segurança nacional entra para a esfera de competência da União, embora as Forças Armadas continuem envolvidas no processo de sua elaboração através de seus ministros, que integram o Conselho de Segurança Nacional, somando Forças com os titulares do Serviço Nacional de Informações (cargo privativo de oficial-general na ativa), do Estado-Maior das Forças Armadas e do Gabinete Militar da Presidência da República, militares escolhidos pelo Chefe da Nação, por indicação exclusiva dos ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica.

O respaldo aos temas defendidos pelo Exército, Marinha e Aeronáutica está

praticamente garantido pela maioria dos constituintes. Quem garante são os próprios congressistas que recebem diariamente os oficiais-assessores dos ministros militares. Os parlamentares de maior expressão no Congresso têm comparecido aos gabinetes dos ministros militares para levar seu apoio às teses da caserna. Na semana passada, o ministro Leônidas Pires Gonçalves recebeu no Forte Apache, os senadores Jarbas Passarinho, o "artilheiro da linha de frente", na defesa dos interesses dos militares; Prisco Viana e José Richa, entre outros.

As preocupações dos constituintes, quanto à possibilidade de golpes pelos militares têm sido esfriadas pelos ministros Leônidas Pires (Exército), Henrique Sabóia (Marinha) e Moreira Lima (Aeronáutica) nos contatos com a imprensa e em reuniões fechadas com parlamentares. Leônidas, em recente pronunciamento, destacou que "nós, militares, nunca fomos intrusos na história do Brasil, mas, sim, instrumentos da vontade nacional", numa resposta a declarações de alguns deputados que, da tribuna da Câmara, exigiram alterações substanciais no papel das Forças Armadas.

INTEGRAÇÃO

Os ministros militares, por unanimidade, são contra a existência de tropas unicamente profissionais e dependem da continuidade do sistema de obrigatoriedade no Serviço Militar, argumentando a necessidade de mobilização e integração social, principalmente em tempo de guerra.

O serviço militar obrigatório, serviu como decorrência da evolução da guerra e dos modernos conceitos de mobilização nacional, que exigem a sua prestação, em tempo de paz, por numerosos contingentes, para formar a reserva de que poderá o País lançar mão. Esse sistema prevalece desde a Constituição de 1891. No caso brasileiro — segundo defendem os militares — o serviço militar obrigatório permite ampla integração das Forças Armadas com o povo.

Se as Forças Armadas

defendem — forem compostas somente por profissionais, o custo será altíssimo em relação ao sistema empregado hoje, em que apenas 40 por cento dos efetivos são profissionais permanentes para uma tropa que envolve cerca de 300 mil homens: 211 mil no Exército e o restante distribuído entre Marinha e Aeronáutica. Os analistas do Estado-Maior das Forças Armadas, encarregados da orientação e diretrizes do serviço militar, entendem que a lei atual precisa ser revista em alguns aspectos. O recrutamento de jovens da área rural, por exemplo, causa dificuldades à lavoura. O ideal seria exigir a participação mínima desse segmento e recrutar a maioria nas áreas urbanas, desde que os empregadores facilitem a liberação dos empregados na época do serviço militar, não causando embargo para a readmissão.

As Forças Armadas compostas de efetivos permanentes e profissionais — concluem —, trariam pesados ônus ao País, recaindo sobre a sociedade a responsabilidade de sua manutenção.

DEFESA

Enquanto os militares já se tranquilizam em relação à preservação na futura Constituição de um papel conservador das Forças Armadas, temem, porém, que a Assembleia Nacional Constituinte vote favorável à criação do Ministério da Defesa, substituindo o sistema vigente que é a interdependência dos ministérios militares.

O emprego combinado, defende o Exército em documento encaminhado ao Congresso como subsídio, é indispensável para solucionar a maioria dos problemas estratégicos e operacionais nos dias atuais. O sistema vigente tem o Comando Supremo das Forças Armadas exercido pelo Presidente da República, com a assessoria do Alto-Comando de cada força e do EMFA, fato que centraliza diretrizes de emprego da tropa e na condução da administração à orientação do chefe da Nação, destacam oficiais-generais da área de planejamento estratégico.

Quércia não deseja adiar a convenção

São Paulo — O adiamento da convenção do PMDB foi considerado desnecessário ontem pelo governador Orestes Quércia, que não crê num racha de seu partido em função da duração do mandato presidencial. Quercia continua a apostar que a maioria peemedebista apoiará os cinco anos pretendidos por Sarney e não acha que a decisão final, seja qual for, vá dividir o partido.

Após participar da solenidade de entrega de 196 espaldins do curso de formação de oficiais da Academia de Polícia Militar do Barro Branco, Quercia negou que esteja ocorrendo um fortalecimento do PFL em consequência das brigas internas de seu partido. Não tem isso, não. O fato é que o PMDB conta com diversas tendências sobre a questão do mandato presidencial, mas tenho certeza

de que no momento da definição o partido estará se somando. Nós estamos unidos e se existem momentos de desunião isso é normal e democrático — afirmou.

Para o governador paulista, a existência de três correntes diferentes no PMDB sobre o tempo em que Sarney deverá ainda permanecer no Palácio do Planalto é perfeitamente normal e não terá maiores consequências.

Uma defende seis anos, outra cinco e uma terceira os quatro anos de mandato. Mas isso não é uma questão doutrinária ou de filosofia do partido. E apenas uma questão secundária e circunstancial e, portanto, sem força para dividir o PMDB — argumentou.

Em princípio, Quercia considera desnecessário

adiar a convenção do PMDB prevista para 13 e 14 de junho. Disse não ter ainda conversado a respeito com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Daí ter garantido desconhecer as razões ou motivos que estariam levando Ulysses a trabalhar pelo adiamento do encontro. "Talvez ele queira manter a união do partido", arriscou.

Quercia, que desde ontem está morando com a família na ala residencial do Palácio dos Bandeirantes, evitou comentar a saída política de Dante de Oliveira do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Mas disse acreditar que a continuidade da reforma ministerial ocorrerá nos próximos dias "Acho mesmo que agora é o momento do Presidente fazer as modificações que pretende".

Jereissati pede mais coerência

Fortaleza — O governador Tasso Jereissati recomendou ontem aos deputados que estão reclamando contra o seu governo que imitem o ex-ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, pedindo para sair e ir para a oposição. Jereissati afirmou, antes de embarcar para Brasília, onde será recebido hoje pelo presidente Sarney, que está faltando coerência por

parte de membros do PMDB, que, segundo ele, estão se esquecendo do programa defendido pelo partido, que defende a moralização da administração pública.

O governador Jereissati vem sendo alvo de críticas, nos últimos dias por parte de deputados ligados ao ex-governador Gonzaga Mota. O presidente da Assem-

bléia Legislativa, deputado Antônio Câmara, é quem vem interpretando as insatisfações dos seus colegas. Câmara condenou o novo plano de socorro às vítimas da seca no Ceará, adotado por Jereissati, que não mais inclui a distribuição gratuita de alimentos e tirou a coordenação dos trabalhos das mãos dos prefeitos dos municípios atingidos.

Dívida reunirá Sarney, Alfonsín e Sanguinetti

Rio — Os presidentes do Uruguai e da Argentina, Júlio Sanguinetti e Raul Alfonsín, iniciam hoje na cidade de Rocha a 300 quilômetros de Montevideo, uma série de reuniões, que a partir de quarta-feira contará com a participação do presidente José Sarney, para traçar uma estratégia de resistência contra o aumento das taxas de juros que regulam a dívida externa de seus países.

Os três presidentes também analisarão a possibilidade de colocar em andamento mecanismos que permitam à América Latina fazer os países desenvolvidos ouvirem suas reclamações. Nesta linha, poderão acertar a constituição de uma delegação do Gru-

po de Cartagena, que agrupa onze países do continente, para assistir às deliberações das sete potências industriais, que se reúnem no início de junho, na cidade de Veneza.

O presidente Júlio Sanguinetti, em nome do Grupo de Cartagena, deverá enviar uma carta a esta reunião dos países industrializados abordando as dificuldades da América Latina com a elevação dos juros e a deterioração dos termos de intercâmbio comercial.

Hoje, os presidentes Sanguinetti e Alfonsín vão trocar opiniões sobre a marcha dos acordos de integração econômica firmados em 1986 entre o Brasil e a Argentina, tendo em vista

uma possível integração do Uruguai a este esquema de cooperação. Os convênios, considerados o núcleo da criação do Mercado Comum Latino-Americano, permitirão um aumento de 40 por cento no volume do comércio entre Brasil e Argentina, segundo estimativas oficiais.

O documento final da reunião, rascunhado pelo chanceler uruguaio Enrique Iglesias, ex-secretário da Comissão Econômica para a América Latina, abordará os esforços dos países latino-americanos para ajuste de suas economias, mesmo em prejuízo do nível de vida de suas populações, tendo como objetivo evitar a quebra do sistema financeiro internacional.